

PLANEJAMENTO FAMILIAR E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A ESCOLHA CONSCIENTE NO PROCEDIMENTO DE LAQUEADURA TUBÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

FAMILY PLANNING AND ITS IMPORTANCE FOR THE CONSCIOUS CHOICE IN THE TUBE TERMINATION PROCEDURE: A LITERATURE REVIEW

Graziele Freire da Silva Amando¹

Luiz Araújo Florentino Júnior²

RESUMO: O Planejamento Familiar é uma política de prevenção e promoção em saúde da família, considerando todos os aspectos da vida reprodutiva. O processo de laqueadura tubária está dentro do Planejamento Familiar como método de esterilização, sendo irreversível na maioria das vezes. Uma escolha de grande importância, podendo levar a arrependimentos futuros, evitáveis, se as intervenções em Planejamento Familiar forem satisfatórias e esclarecedoras. O presente estudo buscou analisar a importância do planejamento familiar para a realização consciente do procedimento de laqueadura, levando em conta o contexto atual de inovações em contracepção e dificuldades em realização de cirurgia paliativas não emergentes. Trata-se de uma revisão narrativa realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), a partir da análise de artigos publicados entre os anos de 2011 e 2021, tendo sido analisados 08 artigos referentes ao tema pesquisado. As principais temáticas encontradas trataram do conhecimento sobre planejamento familiar em instituições públicas e sobre o procedimento de laqueadura tubária e como é feito. Ao fim do trabalho, concluiu-se que o Planejamento Familiar, quando executado corretamente por uma equipe multiprofissional capacitada, e com os recursos adequadamente distribuídos e disponíveis, é propício a uma maior apropriação das informações pelo público, assim reduzindo significativamente as laqueaduras desnecessárias, que poderiam ser evitadas ao se conscientizar sobre métodos alternativos.

Palavras-chave: Planejamento familiar; Laqueadura tubária; Educação em saúde.

ABSTRACT: Family planning is a prevention and promotion policy on family healthcare that considers all of features of the reproductivity life. The Tubal ligation process is considered as a sterilization process, onfently irriversible as considered. This big choice might lead to future regrets, that are able to be avoidable if the family planning are enlightening and satisfying. This present study aimed to measure the importance of family planning for the Tubal ligation's awareness process, considering the current context of innovations in contraception and difficulties and performance of non-emerging palliative surgery. This narrative review adopted Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO) as database research within 2011 and 2021 years, analysing 08 papers referred to this subject. The mainly data considered the acknowledgments about family planning on process public institutions and how the Tubal ligation process occurs. At the end of this paper, the autors considered that when the family planning is properly executed by capable multiprofesional staff, and alongside with accurately resources available and distributed, its is propitious to greater ownership of information by the public, signfignificantly reducing the unnecessary Tubal Ligation, that might be avoided throughrht acknowledgments of alteranative methods.

Keywords: Family Planning; Tubal ligation; Health education.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o Planejamento Familiar e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) se complementam, ambos e são imprescindíveis às políticas públicas em saúde. Portanto,

incluem os princípios da integralidade e equidade na assistência à mulher, englobando a saúde desse público em todo o seu ciclo vital, ampliando os conhecimentos dessa população, não enfatizando os estereótipos que a restringem na reprodução da espécie. Este programa se iniciou em consequência da visão do atendimento à mulher restrito ao período gravídico-puerperal, relacionado às gestações não planejadas, aborto, acesso a métodos e técnicas de controle de fertilidade. Dentre outros aspectos, os individuais e de autonomia estavam em segundo plano (MOZZAQUATRO, 2017).

Planejamento Familiar é o conjunto de práticas educativas em saúde, ofertando-se não só métodos e técnicas que objetivem concepção e a anticoncepção, mas também orientações ao público, com opções de livre escolha. Esta política pública reúne instruções-base às famílias e aos sujeitos de forma individual, com o objetivo de incentivar a autonomia e total liberdade ao usuário a fazer o controle ativo da própria fertilidade (MOZZAQUATRO, 2017). A Lei N. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, considera o Planejamento Familiar um compromisso do Estado, devendo os órgãos responsáveis transmitirem determinado conhecimento para que homens e mulheres estejam cientes sobre meios e métodos que baseiam a estruturação da fecundidade. Este avanço integra, assim, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), tendo em seus objetivos ações para diminuir a mortalidade materna e perinatal por fatores evitáveis, além de incentivar ações que favoreçam a segurança dos direitos humanos das mulheres (LIMA, 2016).

Como toda política, na prática, o planejamento familiar não é perfeito e efetivo em todo o Brasil. Apesar de ser lei, há desconhecimento dos métodos contraceptivos, dificuldades no Planejamento Familiar por parte dos profissionais em saúde, fatores sociais e culturais impostos pela sociedade frente às ideias da política, além de características individuais de vários municípios, devido a uma diminuição dos métodos contraceptivos, baixo empenho da equipe multiprofissional, e espaço físico impróprio, estando entre os diversos problemas que ocorrem nesta política. Necessita-se, assim, de uma organização, programa de atividades, visando os melhores resultados no impacto para a saúde sexual e reprodutiva dos(as) usuários(as) (LIMA, 2016).

Tratando-se de controle social, o Sistema Único de Saúde (SUS), desde julho de 2005, iniciou a preparação das propostas do plano de ação a nível federal, estadual e municipal. Em 2007, foi sancionada no Brasil a Política Nacional de Planejamento Familiar que ofertava oito métodos contraceptivos, estes gratuitos e à venda, em farmácias populares, de forma que os contraceptivos para usuários do SUS teriam preços diminuídos. Desde então, foram desenvolvidas atividades em diversas áreas, como no Programa de Saúde nas Escolas (PSE), que aderiu à proposta de inclusão do Planejamento Familiar como um projeto educativo para os jovens em idade escolar (SCARPARO, 2015).

Dentre os métodos mais antigos de contracepção, mas, ainda de grande uso, está a laqueadura ou ligadura tubária, que é um dos métodos contraceptivos que consiste em cortar, colocar um anel ou amarrar as trompas de Falópio, interrompendo a comunicação entre o ovário e o útero, impedindo a fecundação e conseqüentemente a gravidez. Geralmente, a laqueadura não é reversível, mas

dependendo do tipo, pode haver uma pequena chance da pessoa engravidar novamente. No processo cirúrgico, o médico realiza um corte nas trompas e depois amarra as suas extremidades, ou coloca um anel, o que evita que o espermatozoide vá ao encontro do óvulo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O procedimento de laqueadura tubária pode ser feito por um corte na região abdominal, que é mais invasivo, porém, mais comum nos serviços públicos, ou pode ser feito por laparoscopia, em que são feitos pequenos furos na região abdominal que permitem o acesso às tubas, sendo menos invasivo. Tal método, assim como outras cirurgias, pode ter riscos, como hemorragia, infecção ou lesões em outros órgãos internos, além de exigir cuidados pós-cirúrgicos. Portanto, requer um tempo determinado de repouso, caminhadas leves, cuidados com o ferimento, evitar contato íntimo por período determinado pelo(a) médico(a), dentre outras especificações pessoais que o(a) ginecologista venha a recomendar (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

A esterilização da mulher por meio de laqueadura só deve ser realizada por indicação médica, a qual é considerada irreversível uma vez realizada. Para autorização, deve ser feito um documento que conste assinatura dos médicos e profissionais necessários, de forma que o procedimento deve ser realizado em um hospital com médicos especialistas e anestesia, havendo, após a cirurgia, necessidade de internação hospitalar. A equipe responsável pelo planejamento familiar junto com o público inclui médico(a), enfermeiro(a), psicólogo(a), assistente social, técnico(a) de enfermagem e administrativo. Procedimentos de concepção e contracepção podem ser discutidos em seus diversos meios e métodos, servindo assim à equipe como subsídio para tomada de decisões, garantindo o direito e escolha consciente para as famílias e sujeitos, individualmente, de forma que tal política não serve apenas para realização do procedimento cirúrgico (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Dentre os critérios para laqueadura estão: mulher com capacidade civil plena; maior de 25 anos ou, pelo menos, com dois filhos nascidos vivos; apresentar risco à vida ou à saúde da mulher ou do futuro conceito; em caso de casais, haver consentimento do cônjuge ou companheiro; em caso de incapazes, haver autorização judicial; realizar avaliação psicológica para fins de indicação do procedimento; apresentar pedido médico para o procedimento e sustentar um prazo mínimo de sessenta dias entre a manifestação da vontade e o procedimento. O agendamento do procedimento de laqueadura tubária deve ser feito nas Unidades Básicas de Saúde, devendo-se encaminhar as pacientes para acompanhamento no Serviço de Atenção à Saúde Reprodutiva. As atividades desenvolvidas pelos profissionais responsáveis requerem um trabalho multidisciplinar e de forma integral. O parecer final deve ser liberado após autorização de toda a equipe (BARREIRO et al, 2009).

Diante da temática Planejamento Familiar (ressalta-se que atualmente o termo mais utilizado é planejamento sexual e reprodutivo, uma vez que não implica somente em acompanhamento a uma família ou casal) e da sua importância para laqueadura tubária, a pesquisa objetivou, de forma geral, compreender a sua relevância para a escolha consciente do procedimento, enfatizando que o método está em desuso devido ao aumento de outros que têm característica contraceptiva não invasiva. Como

objetivos específicos pretendeu, diante dos materiais encontrados, discorrer sobre Planejamento Familiar; identificar a importância para as candidatas à laqueadura; apontar as possibilidades de atuação interdisciplinar frente à demanda de tal intervenção cirúrgica. Portanto, o presente trabalho se justifica diante da necessidade de transmissão significativa dos saberes acerca da política do planejamento familiar e da sua importância para a escolha consciente do procedimento a ser feito (COUTINHO, 2020).

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, uma metodologia que visa responder possíveis respostas através do levantamento de dados de artigos, no presente artigo utilizados materiais publicados entre os anos de 2011 e 2021. Este tipo de estudo permite um direcionamento a respeito do tema em questão através de uma análise crítica e de uma síntese das informações obtidas (LIMA; MIOTO, 2007). A análise foi feita a partir de materiais sobre planejamento familiar divulgados durante os últimos 10 anos, enfatizando também a laqueadura. Assim, para direcionar esta revisão, foi formulada a seguinte pergunta norteadora: Qual a relevância do Planejamento Familiar para pacientes candidatas a laqueadura em sua tomada de decisão?

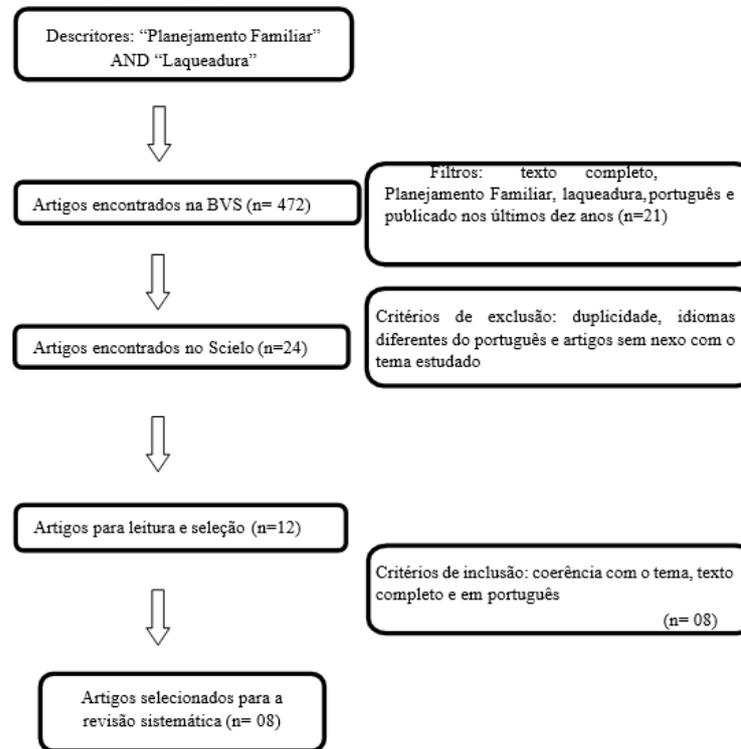
O levantamento dos materiais ocorreu nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores utilizados foram “Planejamento familiar” e “Laqueadura”. Apesar de ocorrer a mudança do termo para planejamento sexual e reprodutivo, como apontado anteriormente, o termo em questão foi utilizado devido à sua grande divulgação entre os meios de produção científica. Desta forma, foram encontrados 496 artigos, sendo 472 no BVS e 24 no SciELO. Para refinar e limitar o conteúdo para a análise, foram utilizados os seguintes filtros/critérios: artigos com texto completo disponível; gratuitos; no idioma português e publicados nos últimos 10 anos, que abordassem o tema planejamento familiar e laqueadura. Dessa forma, após os filtros foram obtidos 21 artigos, que decorrentes da leitura dos títulos, resumos e posterior análise, obedecendo aos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 08 para o estudo.

Os trabalhos incluídos na pesquisa abordaram o Planejamento Familiar e influências no procedimento de Laqueadura e temáticas relacionadas aos métodos alternativos à laqueadura inclusive no planejamento familiar. Todos os selecionados foram textos completos disponíveis, publicados nos últimos 10 anos. Foram excluídos da pesquisa os artigos que não se relacionavam com o tema, que não possuíam texto completo disponível, com formato pago, e que apresentavam duplicação nas bases de dados utilizadas no estudo.

O material selecionado para análise foi categorizado em um quadro contendo nome dos autores, ano de publicação, metodologia utilizada, objetivo geral do estudo e os principais resultados. Em seguida, foi realizada a análise dos materiais. A figura 1 ilustra o processo de seleção dos artigos. Foram

incluídos artigos que apresentavam relação com o tema proposto da pesquisa, contendo informações relevantes sobre planejamento familiar, laqueadura, e a importância do planejamento familiar para o procedimento cirúrgico de laqueadura tubária.

Figura 1. Seleção dos artigos para revisão narrativa.



Fonte: Autoria própria.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os artigos pesquisados, 08 foram para a revisão final e discussão, apresentando informações sobre a temática em questão. Em relação ao ano de publicação dos artigos, foram três em 2017, dois em 2014, e três em 2011, estando quatro no SciELO e quatro no BVS, conforme o quadro 1.

Quadro 1. Descrição dos artigos selecionados para a revisão.

TÍTULO	ANO	PLATAFORMA	AUTORES
O Conceito de Habitus na Análise do Conhecimento de Mulheres Sobre Planejamento Familiar.	2017	BVS	LIMA et al.
Planejamento reprodutivo de mulheres climatéricas usuárias da Atenção Primária à Saúde Mutirão.	2017	BVS	SCHÖNHOLZER, et al.
Aspectos reprodutivos e conhecimento sobre planejamento familiar de mulheres com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.	2017	SCIELO	LIMA et al.
Esterilização cirúrgica	2014	SCIELO	CAETANO, André

feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada.			Junqueira.
A satisfação com o serviço de esterilização cirúrgica entre os usuários do sistema único de saúde em um município paulista	2011	SCIELO	VIEIRA et al.
Planejamento familiar: perfis das usuárias de uma unidade de saúde de Curitiba.	2011	BVS	GUIMARÃES et al.
Laqueadura tubária: caracterização de usuárias laqueadas de um serviço público.	2011	SCIELO	NICOLAU et al.
O fio cirúrgico da laqueadura é tão pesado: laqueadura e novas tecnologias reprodutivas.	2014	BVS	FONTENELE et al.

Fonte: Autoria própria.

O quadro 2 demonstra a descrição dos artigos analisados. Dentre eles, cinco abordavam a qualidade e eficácia da transmissão nos conhecimentos acerca do Planejamento Familiar (LIMA et al, 2017; LIMA, 2017; GUIMARÃES, et al, 2011; NICOLAU, et al, 2011, SCHÖNHOLZER, et al, 2017); um tratou dos procedimentos de esterilização e aumento da demanda cirúrgica ao decorrer dos anos (CAETANO, 2014); e outros dois (VIEIRA, et al, 2011; FONTENELE, et al, 2014) focaram nos procedimentos alternativos atuais e importância do Planejamento Familiar para a escolha consciente.

Quadro 2. Artigos selecionados e resultados em comum.

ARTIGOS	RESULTADOS
---------	------------

<p>1. O Conceito de Habitus na Análise do Conhecimento de Mulheres Sobre Planejamento Familiar;</p> <p>2. Aspectos Reprodutivos e Conhecimento Sobre Planejamento Familiar Mulheres com Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;</p> <p>3. Planejamento familiar: perfil das usuárias de uma unidade de saúde de Curitiba;</p> <p>4. Laqueadura tubária: caracterização de usuárias laqueadas de um serviço público;</p> <p>5. Planejamento reprodutivo de mulheres climatéricas usuárias da Atenção Primária à Saúde Mutirão.</p>	<p>Trazem a perspectiva de que as ações, caso estejam sendo realizadas pelos profissionais da saúde, estão sendo de pouco proveito e de pouca apropriação pela população, o que denota necessidade de participação na educação, atividades de prevenção e planejamento familiar por parte dos profissionais e ação ativa da população nesta política pública.</p>
<p>6. Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada.</p>	<p>Há um aumento no número de laqueaduras tubárias realizadas em serviços do SUS, incluindo o aumento do peso de partos cesáreos com laqueadura tubária. Verificou-se, ainda, uma ampliação no número de municípios com registro de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) de laqueadura tubária em todas as regiões brasileiras.</p>
<p>7. A satisfação com o serviço de esterilização cirúrgica entre os usuários do sistema único de saúde em um município paulista; O fio cirúrgico da laqueadura é tão pesado: laqueadura e novas tecnologias reprodutivas; Planejamento reprodutivo de mulheres climatéricas usuárias da Atenção Primária à Saúde Mutirão.</p>	<p>Concluiu-se que é importante a informação sobre os procedimentos cirúrgicos que desejam, seja laqueadura, ou tratamentos na área das novas tecnologias reprodutivas. Estes acessos às informações podem promover melhor familiaridade com os termos e mais segurança perante as escolhas.</p>

Fonte: Autoria própria.

Na Atenção Básica à saúde sexual, inclui-se o Planejamento Familiar, política pública em saúde, direito de todo cidadão que objetiva ampliar orientações, contemplando ações de prevenção e promoção, atividades em educação, ofertas e demandas de métodos contraceptivos, buscando o incentivo à autonomia aos homens e mulheres, visando o domínio acerca de sua vida sexual. Um dos principais objetivos desta política é o direito de decisão sobre quantos filhos se quer ter, e se e quando quer tê-los, para que estes possam ter a oportunidade de serem protagonistas, em suas circunstâncias, com opções e necessidades a respeito da fecundação e contracepção (LIMA, et al, 2017; SCHÖNHOLZER, et al, 2017; GUIMARÃES, et al, 2011).

A promoção dessas atividades em planejamento familiar é desenvolvida principalmente pela Atenção Primária à Saúde (APS) nas unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF). Estas devem contar com uma rede de apoio de profissionais de saúde qualificados na equipe para atuação interdisciplinar, além de caber a ela ser o vínculo de extensão à comunidade para acessibilidade e recepção (BEZERRA et al., 2018). O intuito do planejamento familiar vai além do momento ideal de gerar uma vida, promover a distribuição de métodos contraceptivos e oferta cirúrgica de laqueadura tubária. Este, em sua visão ampla, busca também o controle de natalidade, econômico e em saúde, inclusive tendo interesse nos processos biopsicossociais de cada sujeito (SOARES, 2016; LIMA, et al, 2017).

A lei que discorre sobre o Planejamento Familiar estabelece as regras de esterilização cirúrgica. Mesmo com elas, ainda há prevalência do método, e isto reflete a distorção existente na oferta, orientação e distribuição dos métodos contraceptivos. Algumas mulheres, ao escolherem o método contraceptivo para o casal, preferem os reversíveis (pílulas e os injetáveis). Este fato pode estar relacionado aos muitos casos de não se enquadrarem nos parâmetros legais para a realização de algum método irreversível, devendo os serviços de saúde realizar orientações sobre a saúde sexual e reprodutiva, objetivando promover um ambiente crítico e reflexivo capaz de ofertar o reconhecimento do melhor método (LIMA, et al, 2017; CAETANO, 2014; VIEIRA et al, 2011).

A importância do Planejamento Familiar para a realização de laqueadura tubária está não só nas intervenções acerca do procedimento. Ele, no decorrer da vida do usuário da Unidade Básica de Saúde – UBS, pode vir a fazer um trabalho anterior, no qual no serviço lhe sejam passadas as diversas informações desde a concepção até a contracepção, oportunidades como meios e métodos além da participação que busque também o objetivo do usuário e lhe sejam passados pelos profissionais ali presentes. Quando o serviço for de qualidade, o meio social e cultural não fará o papel de único transmissor de informação, que na maioria das vezes torna-se um veículo de argumentos inconsistentes ou até inexistentes, hábito que geralmente acontece de apropriação de informação, que leva a automedicação e até à tomada de decisão precoce (LIMA, 2019; CAETANO, 2014; FONTENELE et al, 2014).

As orientações e cuidados adequados são ferramentas fundamentais para prevenção de um posterior arrependimento da realização de laqueadura tubária. As informações sobre todos os detalhes cirúrgicos e pós-cirúrgicos devem ser claras e concisas, havendo consciência das consequências da esterilização no futuro. Posteriores acontecimentos inesperados como separação, divórcio, viuvez ou perda de filhos são importantes fatores quando se trata da

gênese do arrependimento. Portanto, devem ser explorados no aconselhamento todos estes aspectos, juntamente com a informação sobre a difícil reversão da esterilização cirúrgica (VIEIRA, et al, 2011; GUIMARÃES et al, 2011; FONTENELE et al, 2014).

A interdisciplinaridade é uma característica que está inclusa no Planejamento Familiar, correspondendo a interseção não só de disciplinas/saberes, mas também de práticas, em que estas colaborem uma com o trabalho da outra ou atuem em conjunto. Essa forma de trabalho passa a ter um olhar mais amplo do sujeito, assim como está preferencialmente descrito na lei como forma de trabalho. Portanto, constitui-se competência da equipe, em que cada trabalhador se inclua e colabore com a articulação, de forma que venha a abranger cada vez mais usuárias do serviço, e garantindo a integralidade e qualidade do que for oferecido. Diante de articulação, trabalho em equipe, conseqüentemente haverá a apropriação por parte da população, podendo assim trazer uma maior conscientização acerca do procedimento de laqueadura e escolha de procedimento de contracepção (LIMA, 2019; CAETANO, 2014; FONTENELE et al, 2014).

Um fator preocupante que aponta uma falta no Planejamento Familiar é a gravidez na adolescência, que vem sendo considerada como um problema de saúde pública, uma vez que pode acarretar uma série de complicações em saúde e socioeconômicas, como problemas para a mãe e o recém-nascido, bem como problemas psicossociais, com conseqüências na perda de liberdade, adiamento ou comprometimento dos projetos acadêmicos, limitação de perspectivas de trabalho, assim como a diminuição do completo desenvolvimento pessoal, tornando as oportunidades reduzidas (GUIMARÃES et al, 2011).

A educação em saúde, execução e oferta dos métodos contraceptivos, quando aliadas ao Planejamento Familiar, promovem o aprendizado dos adolescentes, mulheres, homens e casais, a fim de que conscientemente planejem suas próprias famílias, fazendo também uma conscientização acerca da complexidade do método de laqueadura e com que tomem partido de suas vidas sexuais. Essa autonomia só é possível quando há capacitação dos profissionais dentro dos serviços responsáveis e quando os recursos são devidamente disponibilizados, como os anticoncepcionais e todo material necessário para intervenções (GUIMARÃES e et al, 2011; NICOLAU et al, 2011).

4 CONCLUSÃO

Os estudos da análise evidentemente trouxeram o Planejamento Familiar como ferramenta principal para educação em saúde sexual e reprodutiva, abrangendo, além da concepção e contracepção, aspectos socioeconômicos, de saúde e psicológicos (GUIMARÃES et al, 2011). Esta política, se planejada, inserida nos órgãos responsáveis por sua execução de forma correta, houver profissionais capacitados e forem disponibilizados os recursos necessários, contribuirá de forma significativa, com resultados visíveis, os quais correspondem a diminuição de gravidezes indesejadas, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, e arrependimentos futuros em procedimentos de laqueadura tubária (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

É nítido que a falta de capacitação profissional, recursos e interesse da população pelo Planejamento Familiar está incluso na escolha pelo procedimento de laqueadura tubária. A equipe multiprofissional deve estar capacitada para promover todas as atividades de forma integral e visando desencorajar/conscientizar aos interessados pelo método de esterilização cirúrgica, tendo conhecimento acerca da abrangência do procedimento, métodos alternativos, e escolha consciente e livre de possíveis arrependimentos futuros. A apropriação da informação irá depender dessa transmissão, não devendo ser apenas uma obrigação a ser cumprida, mas um processo psicoeducativo, que envolva o usuário(a) e lhe inclua como sujeito de saber, que tem seus direitos e autonomia de forma que não seja dificultado o processo para uma decisão préestabelecida pelo profissional, mas que seja claro para ela(e) todo o processo.

O número de laqueaduras conseqüentemente seria menor ao ser feito adequadamente e de acordo com a Lei n. 9.263, que, se seguidos os critérios para a cirurgia e feito o Planejamento Familiar para com todos os usuários(as) do setor primário em saúde, incluindo estratégias de prevenção e promoção à saúde sexual e reprodutiva, haveria uma maior apropriação destas, o que deveria incluir, além de candidatas com ideia já pré-estabelecida de realizar laqueadura, todos(as) que tenham a oportunidade de acessibilidade aos métodos de contracepção alternativos a laqueadura. Observa-se a necessidade de incremento na oferta de ações educativas em grupo, de forma contínua, incluindo faixas etárias menores, homens, mulheres e todos os profissionais da equipe de saúde nas ações educativas.

Portanto, ressalta-se a importância de estudos com pesquisa nos campos que se apliquem a esta política pública de planejamento familiar, assim fazendo uma atualização de dados, com possíveis progressos em seus resultados e o quantitativo de laqueaduras. Diante da temática, em relação a datação de materiais, percebeu-se uma limitação, em que estes vêm diminuindo no decorrer dos anos, apesar de ser um assunto bastante pertinente que pode ser

levado do micro para o macro, de intervenções que, se bem estruturadas nas Unidades Básicas em Saúde, podem refletir em outros setores como no secundário e terciário, com repercussões na diminuição de internamentos em hospitais, taxas de natalidade e gravidez indesejada.

REFERÊNCIAS

- BORGES, A. L. V et al. Satisfação com o uso de métodos contraceptivos entre usuárias de unidades básicas da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil Recife*, p. 757-764, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93042017000400008>>. ISSN 1806-9304. <https://doi.org/10.1590/1806-93042017000400008>. Acesso em: 23 set. 2021.
- BRANDÃO, M. A. G et al. Teorias de enfermagem na ampliação conceitual de boas práticas em enfermagem. *Rev Bras Enferm*, São Paulo, p. 604-608, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0395>>. Epub 18 Abr 2019. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0395>. Acesso em: 22 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Cadernos de atenção básica: saúde sexual e reprodutiva*. ed., 1. n. 26, p. 30-37. Brasília-DF: Editora MS, 2013. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf> Acesso em: 22 set. 2021.
- BRANDT, G; OLIVEIRA, A; BURCI, L. Anticoncepcionais Hormonais na Atualidade: Um Novo Paradigma para o Planejamento Familiar. *Revista Gestão & Saúde*, Rio Grande do Sul, p. 54-62, 2018. Disponível em: https://repositorio.fae.edu.br/bitstream/123456789/2852/1/TCC%20WELLEN%20MARM%20ENTINI_assinado.pdf. Acesso em: 29 set. 2021.
- CAETANO, J. A. Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada. *R. bras. Est. Pop.* Rio de Janeiro, v. 31, n.2, p. 309-331, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Qx6ghcvbs5gYX4YSwYc4B9C/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 26 set. 2021.
- VIEIRA, E. M; SOUZA, L. A satisfação com o serviço de esterilização cirúrgica entre os usuários do sistema único de saúde em um município paulista. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. São Paulo, v. 14, n. 4., p. 556-564, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000400003>>. Epub 02 Jan 2012. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000400003>. Acesso em: 22 set. 2021.
- FAGUNDES, M. G; PIRES, T. M. S. Planejamento familiar: perfil das usuárias de uma unidade de saúde de Curitiba. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, p. 230-238, 2011. DOI: 10.5712/rbmfc6(21)240. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/240>. Acesso em: 23 set. 2021.
- FONTENELE, C. V; TANAKA, ANA, C. A. O fio cirúrgico da laqueadura é tão pesado!: laqueadura e novas tecnologias reprodutivas. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 558-571, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010412902014000200016>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000200016>. Acesso em: 22 set. 2021.
- LÉLIS, B. D. Planejamento Familiar: Perspectiva de Ações a serem implementadas na Estratégia de Saúde da Família - ESF. *Id on Line Rev.Mult. Psic. Minas Gerais*, v.13, n.45, p. 1103-1113, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1729>. Acesso em: 08 nov. 2021. doi:<https://doi.org/10.14295/idonline.v13i45.1729>
- LIMA, I. C. V. et al. Aspectos reprodutivos e conhecimento sobre planejamento familiar de mulheres com síndrome da imunodeficiência adquirida. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. Fortaleza, v. 51, p. 2-7, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2016039403224>. Acesso em: 25 set. 2021.
- LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 10, p. 37-45. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S141449802007000300004>. Acesso em: 04 out 2021.
- MOZZAQUATRO, C. O; ARPINI, D. M. Planejamento Familiar e Papéis Parentais: o Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios. *Psicol. cienc. prof. Brasília*, ano 2017, v. 37, p. 923-938. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio883986>. Acesso em: 23 set. 2021.
- NICOLAU, A. I. O et al. Laqueadura tubária: caracterização de usuárias laqueadas de um serviço público. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. São Paulo, v. 45, n. 1, p. 55-61. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S008062342011000100008>. Acesso em: 21 set. 2021.
- SCARPARO, H. N; ECKER, D. A. Constituição brasileira: A noção de família e planejamento familiar como estratégia de governo. *Athenea Digital*, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 2, p. 12-23, 2015. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo401593constituicao-brasileira-a-nocao-de-fam%C3%ADlia-e-planejamento-familiar-comoestrategia-de-governo. Acesso em: 22 set. 2021.
- SAITO, I. G; LEAL, M. M. O exercício da sexualidade na adolescência: a contracepção em questão. *Pediatria*. Ribeirão Preto, p. 36-42, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255626810_O_exercicio_da_sexualidade_na_adolescencia_a_contracepcao_em_questao. Acesso em: 24, set. 2021.

SCHÖNHOLZER, E. T et al. Planejamento reprodutivo de mulheres climatéricas usuárias da Atenção Primária à Saúde Mutirão. J Nurs wHealth. São Paulo, p. 58-66, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/8951>. Acesso em: 23 set. 2021.

Recebido em: 02 de fevereiro de 2022

Avaliado em: 10 de agosto de 2022

Aceito em: 20 de agosto de 2022

¹ Discente do curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco - FACESF. E-mail: freiregraziele68@gmail.com

² Psicólogo Especialista em Terapia Analítico Comportamental – UNIJORGE, e em Gestão em Saúde – UNIVASF. Docente do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco- FACESF. E-mail: luizflorentinojr@gmail.com